

# Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

---

*Discurso do ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), na abertura da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em 18 de março de 2009*

Começo saudando a ministra em exercício do Desenvolvimento Social Arlete Sampaio;

O ministro Luiz Barreto, do Turismo;

O ministro José Gomes Temporão, da Saúde;

O ministro José Pimentel, da Previdência Social;

O ministro Luiz Dulci; da Secretaria Geral da Presidência;

O deputado Luiz Couto, defensor dos direitos humanos, lutador da Paraíba e do Brasil;

O senador Flávio Arns;

E o presidente do Conselho Nacional do Idoso, José Telles;

Minha saudação também a todos os demais membros do Conselho Nacional e dos conselhos estaduais, secretários estaduais, parlamentares, representantes internacionais;

Meus companheiros da Reunião de Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul e países associados;

Militantes deste movimento, delegados;

Agradeço as manifestações autênticas, que acabo de ouvir, clamando pela presença do Presidente Lula, que eu acolho. A partir de amanhã me empenharei pessoalmente junto ao Presidente para que ele compareça em algum momento

dos próximos dois dias, como fez em outras conferências. Criaremos um momento especial para esse diálogo. Se possível for, também com a ministra Dilma.

Ocorre é que, de fato, estamos atravessando uma grave crise mundial, que o Brasil não inventou, mas é reconhecidamente um dos países do mundo melhor estruturados a enfrentá-la e sair dela com danos menores e em tempo mais rápido. Mas isso exige do nosso governo altíssima concentração e urgência. E o Presidente desenha, neste exato momento, e quer terminar urgentemente, uma peça chave desse enfrentamento, que é um novo plano nacional de habitação. O plano prevê um milhão de moradias, que vão gerar mais de um milhão de empregos, na linha de que a crise tem de ser enfrentada com mais investimento social, com mais determinação na distribuição de renda, no combate à pobreza e às desigualdades.

Lembro-me muito bem da palestra de Rubem Alves, há três anos, que eu tive a oportunidade de assistir, na ocasião da 1º Conferência Nacional. Ele abordou, sobretudo, o tema do envelhecimento e também o direito ao prazer sexual, à vida amorosa, que é um tema recorrente do seu trabalho como psicanalista.

Nestes três dias, nós completamos um processo que se desenvolveu em 2008, em 1.154 municípios brasileiros, nas 27 unidades da federação, mobilizando em torno de 61 mil participantes diretos. Foram apresentadas 2.050 propostas que, por suas semelhanças, foram sintetizadas em aproximadamente 400 para serem aqui debatidas. E, uma vez aprovadas, receberemos como determinação, como tarefas a serem cumpridas pelo Estado, que é um Estado decidido a caminhar sempre mais no sentido da consolidação democrática, da proteção, afirmação e promoção dos Direitos Humanos.

A comprovação disso será um decreto, provavelmente publicado no Diário Oficial de amanhã, que completa o entendimento consensual de que o tema da proteção e defesa dos direitos dos idosos tem de estar sediado na Secretaria Especial dos Direitos Humanos para, sobretudo, sinalizar a idéia do direito à diferença, do respeito à diversidade, da valorização de todos os segmentos, como construção democrática, em escala nacional, levada ao mesmo tempo no plano

econômico, político, cultural, educacional. Direitos humanos é atribuição de todos os Ministérios aqui representados.

A Secretaria Geral da Presidência, com o ministro Dulci, tem o papel, mandatado pelo Presidente Lula, de articular toda a interlocução democrática com a sociedade. Nesse sentido, a sua presença é o canal direto que temos, neste momento, de viva voz com a Presidência da República. E isso faz parte de uma caminhada que sempre nasce da sociedade civil, porque é dela que emanam as pressões para que o Estado avance, para que o Estado se democratize, para que o Estado supere as suas tendências inerciais ou de morosidade

Desde 1994, o país constrói uma Política Nacional do Idoso e em cada estado, em cada município, iniciativas se multiplicam. O exemplo importante de Veranópolis mostra o que acontece numa localidade determinada e o que os demais municípios brasileiros podem colher disso.

Contamos hoje também com o Estatuto do Idoso, que com a contribuição de muitos parlamentares aqui presentes - deputado Luiz Couto, senador Flávio Arns, o então deputado José Pimentel -, se tornou, desde 2003, mais um marco desses avanços. E essa 2ª Conferência Nacional avalia os passos desses três anos, desde que em 2006 se discutiu aqui a criação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. Ideias novas que brotam da sociedade e hoje os poderes públicos tem a oportunidade de colher aqui na Conferência.

O Estado não tem capilaridade, ele só poderia ter a força que a sociedade aqui manifesta, exige e cobra, caso se transformasse num Estado gigante, autoritário, em um Estado que a humanidade já conheceu e não aprovou. Agora temos um Estado forte porque ele é do exato tamanho das demandas de combate à pobreza, à desigualdade, de planejamento e indução do crescimento econômico.

E muitas vezes age em parceria com a sociedade civil, com a empresa privada e, outras vezes, em ações diretas de investimento através de empresas estatais como as que estão aqui presentes, a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, entre tantas outras engajadas, igualmente, em cada uma das articulações pela proteção dos Direitos Humanos em nosso país.

O ano de 2008 teve marcos importantes para os Direitos Humanos, como a realização da 1ª Conferência do direito à diversidade sexual. Pela primeira vez, no Brasil e no mundo, um decreto do Presidente e a ação de Governadores asseguraram, em cada um dos estados, o direito a apresentar publicamente as propostas de uma cidadania, de um segmento que ainda não se considera com segurança suficiente para, sequer, tornar pública sua orientação sexual na sua família, na igreja, no clube e no ambiente de trabalho.

Ainda no ano passado, realizamos a 2ª Conferência dos Direitos das Pessoas com Deficiência. E o 1º Encontro do Presidente da República com presidentes de empresas, para discutir Direitos Humanos, em temas como a empregabilidade e a valorização das pessoas acima de 60 anos. Hoje, bancos e empresas têm a orientação de afastar da diretoria pessoas ao completar 45 anos, 50 anos. Um metalúrgico tem enorme dificuldade de voltar ao trabalho se demitido na faixa de 45 anos. O que é contraditório nessas empresas, onde muitas delas possuem como presidentes de conselho pessoas com 80 anos, pessoas que representam a âncora da memória, da sabedoria acumulada ao longo da vida daquela empresa. A sabedoria atribuída pela experiência adquirida, pela experiência de vida, sempre foi um bem supremo, conforme mostram os estudos de Antropologia.

A palavra Senado deriva do reconhecimento, da importância da sabedoria dos mais velhos. E nós citamos isso porque muitos de nós, alguns já confessaram aqui, e eu também, dentro de um ano, estarei alegremente ultrapassando essa divisória. Divisória que, talvez, daqui dez anos devamos rediscutir para empurrar um pouco mais para frente, quem sabe 65. O ministro Pimentel, nas contas da previdência, vai discutir este tema.

O importante é reconhecer que o Brasil tem um enorme potencial. Eu, pessoalmente, tive ontem uma experiência muito motivadora. Consegui realizar um projeto de mais de um ano, que era visitar um grande amigo, meu grande guru, Antonio Candido, 91 anos de idade, e visitamos juntos José Mindlin, 94 anos de idade. Tive três horas de conversa, que precisaria ter chance e tempo para contar o que ouvi e aprendi.

Mindlin é o maior bibliófilo do Brasil. Com forte dificuldade de visão, ele se levantava e conseguia localizar na prateleira cada um dos livros para mostrar. Exemplares da primeira edição dos Lusíadas, 1517, a literatura dos viajantes. E Antonio Candido contando das conversas pessoais com Caio Prado, com Oswald de Andrade, com Mário de Andrade, com Sérgio Buarque de Hollanda, a história viva do Brasil. E eu pensava: se eu pudesse levar esses dois para falar no meu lugar na conferência de amanhã. Expliquei a eles o que era essa conferência, na linha do que o ministro Temporão já disse: a boa notícia do mundo, a boa notícia do Brasil, estamos envelhecendo.

Tenho uma filha de 8 anos, tenho filhos de 30, 23, 22. Essa segurança que a medicina começa a dar, a ideia de que eu vou poder viver mais 30 anos para não deixar que Deus me leve numa idade em que a minha querida Amanda se sinta ainda em fase de formação. Então, que boa é essa garantia. E com a liberação das pesquisas científicas com células-tronco, perspectivas de ampliar ainda mais a expectativa de vida de todos nós.

E, terminando a minha referência a 2008, nós realizamos no Rio de Janeiro, entre 25 e 28 de novembro, o maior evento que já houve no mundo de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. Eu falo isso por quê? Porque é fundamental em cada evento de Direitos Humanos promover diálogo entre cada um dos segmentos, para termos sempre muito claro que a luta, a defesa e a promoção dos direitos do idoso é a mesma luta de defesa dos direitos da criança, da equidade de gênero, da igualdade racial, da luta pela terra, da luta pela escola para todos.

E nessa universalidade, interdependência, dando visibilidade aos Direitos Humanos, quero registrar também que este tema é uma construção em que o Brasil sai na frente, corajosamente, dando, ao lado da Argentina e de outros países, os primeiros passos na construção da próxima convenção da ONU, que é a convenção de defesa dos direitos dos idosos.

Essa caminhada passou por Viena em 1982, passou por Madri em 2002, a reunião do Chile de 2003. E Brasília em 2007, chamada Madri + 5, aqui neste mesmo auditório, neste mesmo local, em que se formulou a Declaração de

Brasília, e que eu, a convite de vocês, levei às Nações Unidas. O Itamaraty tinha feito uma consulta inicial entre 40 missões de países junto à ONU, em Nova Iorque. Apenas três se manifestaram prontamente a favor de começar a construção dessa nova convenção.

Muitos países da Europa se opuseram inicialmente, mas, com apenas um dia de sessões e conversas, muitas dessas missões já mudaram seu ponto de vista, reconhecendo que este é o único segmento vulnerável que ainda não conta com um instrumento de proteção. No dia 3 de março deste mês, em Genebra, participando da conferência anual do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o discurso brasileiro, feito por mim, reiterou a tese, que também levaremos a Assunção, no final deste mês: que todos os países do Mercosul e associados saiam na frente, exigindo este documento. Para que, assim como já temos o recém conquistado instrumento de proteção aos direitos das pessoas com deficiência, completemos o arco com a convenção que ainda falta, de proteção aos idosos.

Quero terminar lembrando que nós lançaremos, e estará provavelmente no Diário Oficial amanhã, o já referido Pacto Nacional pelo Envelhecimento Ativo e Saudável. É o correspondente à chamada Agenda Social neste segmento populacional. O Brasil sabe que o PAC é hoje um conjunto de propostas estruturantes para gerar crescimento econômico, produção, investimento em habitação, em saneamento básico, e que cada uma das áreas sociais conta com a sua Agenda Social, diversificada, que complementa na dimensão social os avanços estruturais projetados no PAC..

Nesse sentido, ressalto que o Brasil passará a ter, então, como na Agenda Social dos direitos da criança, do combate ao subregistro civil, da Saúde, da Educação, da Previdência, um comitê gestor integrando a mesma Rede, que é o tema central desta Conferência Nacional dos Direitos do Idoso.

A compreensão de que o Estado é democrático e forte, em primeiro lugar, se ele promove conferências como esta e se dispõe a acolher suas resoluções. As 27 ações estruturadas, dos vários Ministérios, que todos aqui conhecem, podem não ser todas as necessárias. Esta conferência é o local de sinalizar o que está

faltando, o que não vai bem, o que precisa, pode e deve ser aperfeiçoado, corrigido, porque só assim nós construímos um país efetivamente justo, um país democrático.

Um velho pensador socialista do século XIX falou na forma como é tratada e respeitada a mulher como parâmetro para avaliar seu grau de civilização. Recentemente, cresce a compreensão de que uma sociedade deve ser medida na forma como se observa o respeito às crianças. E hoje completamos esse circuito declarando que o grau de avanço de uma sociedade se mede, a democracia se mede, o nível social de um país se mede pela determinação de incorporar, de valorizar, de estimular a mais ampla participação política, econômica, produtiva, cultural e social dos que ultrapassaram a fase dos 60 anos e chegarão aos 90, aos 100, construindo o Brasil, construindo igualdade, construindo justiça, construindo liberdade!